



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2001

Altera o inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 201.

§ 7º

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro, o pescador artesanal e o extrativista vegetal;

.....(NR)

Justificação

O inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, prevê, na sua parte final, que os trabalhadores rurais e os que exercem suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o

pescador artesanal, têm direito a se aposentar por idade cinco anos antes dos demais trabalhadores.

O dispositivo não é novo e já constava da redação original da Constituição, no inciso I do art. 202.

Tem-se, aqui, o reconhecimento da especificidade da atividade rural familiar, na qual o desgaste físico é muito maior do que o da atividade desenvolvida nas cidades. Assim, para garantir a isonomia, a Carta Magna determina que desiguais sejam tratados desigualmente.

O texto do dispositivo constitucional, entretanto, omite os extrativistas vegetais, que trabalham sob condições similares ou, mesmo, mais precárias.

Ou seja, nesse ponto, em nome do mesmo princípio da isonomia, impõe-se dar tratamento idêntico a esses trabalhadores, que via de regra, exercem as suas atividades nas regiões mais distantes do país e em ambiente hostil.

Assim, estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição, incluindo os extrativistas vegetais no inciso II do § 7º do art. 201 da Carta Magna, com vistas a corrigir essa omissão, assegurando a esses trabalhadores, os mesmos direitos daqueles em situação congênere.

Temos a certeza que a alteração significa mais um avanço na direção da justiça social e da cidadania para um importante grupo de brasileiros que representam parte significativa dos trabalhadores e da atividade econômica, principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste, e faz um reparo com as mulheres extrativistas que atualmente não conseguem ter

acesso a aposentadoria, ainda que sua atividade venha se tornando a cada dia mais importante.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2001. –
Marina Silva – Tião Viana – Geraldo Cândido –
Juvêncio Fonseca – José Eduardo Dutra – Eduar-
do Suplicy – Roberto Saturnino – Gliberto
Mestrinho – Lindberg Cury – Jefferson Peres –
Francelino Pereira – Bello Parga – Heloísa Helena
– Maguito Vilela – Jonas Pinheiro – Leomar
Quintanilha – Eduardo Siqueira Campos – Jonas
Pinheiro – Leomar Quintanilha – José Coelho –
Lúdio Coelho – Roberto Freire – Arlindo Porto –
Lauro Campos – Osmar Dias – Ademir Andrade –
Alvaro Dias – Mozarildo Cavalcanti – Moreira
Mendes – Emília Fernandes – Pedro Simon – José
Fogaça – Sebastião Rocha – Valmir Amaral.

LEGISLAÇÃO CITADA

Seção III

Da Previdência Social

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.



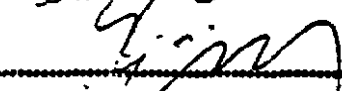
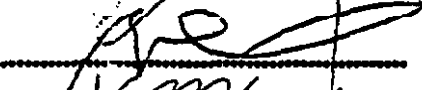
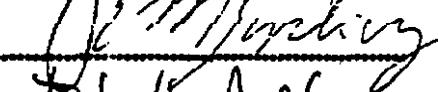
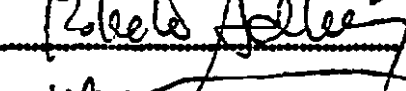
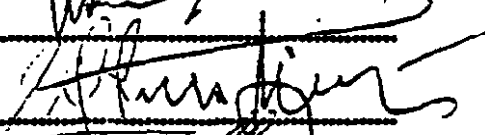




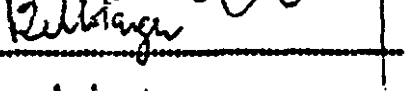
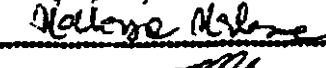

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.



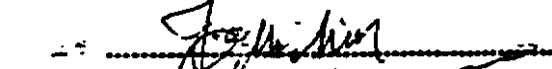



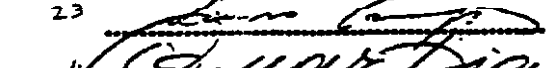

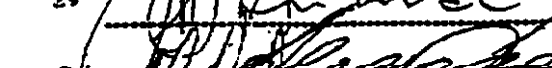






§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

- I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

Continuação das assinaturas:

2		<u>SEN. TIÃO VIANA</u>
3		<u>SEN. GERALDO CÂNDIDO</u>
4		<u>SEN. JUVÊNIO FONSECA</u>
5		<u>SEN. J. EDUARDO DUTRA</u>
6		<u>SEN. EDUARDO SUPICÝ</u>
7		<u>SEN. R. SATURNINO</u>
8		<u>GILBERTO MESTRINHO</u>
9		<u>LINDBERG FUX</u>
10		<u>JEFFERSON PERES</u>
11		<u>EDUARDO S. CARLOS</u>
12		<u>FRANCISCO PEZIERA</u>
13		<u>BELLO PARÇA</u>
14		<u>VALÉRIA MELO</u>
15		<u>MAGUITO VILELA</u>

Continuação das assinaturas

27		JOSÉ DUARTE
28		LEONAR QUINTANILHA
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		

Publicado no Diário do Senado Federal de 14 - 12 - 2001

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF

(OS:17406/2007)